

ARTIGO

COMUNIDADES AFRICANAS: EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NA CIDADE DE SÃO PAULO

SHEILA ALICE GOMES DA SILVA*

RESUMO

Neste artigo, pretende-se inicialmente, de forma didática e acessível, complexificar processos constitutivos da capital paulistana, para refletir sobre alguns sentidos e significados que permearam as ações investidas na busca pelo moderno idealizado. Apontando, por exemplo, como essa experiência, ancorada em valores eurocêntricos, foi atravessada por divisões e antagonismos raciais. Reconheceu-se, também, que os modos de vida colocados em prática pela modernidade estruturaram-se por meio da violência e do racismo para romper com aqueles que traziam à memória da elite a condição precedente da escravidão. Como resultado, as populações negras foram sumariamente excluídas, estigmatizadas e apartadas daquilo que se entendia por cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Metrôpoles, Fluxos migratórios, São Paulo, Africanos.

ABSTRACT

In this article, the initial intention, is to analyze “Capital Paulistana” constitutive processes, reflecting on some directions and meanings that are in actions invested in searches for the idealized modern. Showing, for exemple, how this experience, underpinned in Eurocentric values, was crossed by racial antagonism. It is also know that, the lifestyle when implemented in the modern word, build themselves with Violence and racism to end up with the ones whose bring back the Elite memory in to the slavery conditions. As a result of that, the Black population were summarily exclude, Stigmatized and separated from the city.

KEYWORDS: metropole, migratory flux, São Paulo, Africans.

Apresentação

Este artigo é o primeiro capítulo da tese de doutorado, em construção, da autora que nos deixou prematuramente em agosto de 2018. Como orientador, traço breves linhas introdutórias sobre o texto e, como editor chefe da revista, justifico a exceção que a Projeto História abriu, em relação aos critérios de titulação do autor, a fim de aceitar este texto. Além da qualidade, é uma justa homenagem da revista e do Programa de Pós-Graduação em História da PUCSP à essa jovem pesquisadora, negra e periférica. O capítulo estava em fase final de ajustes e ainda guardo a versão original com minhas anotações e as respostas bem-humoradas de Sheila, me explicando por que não iria observar uma ou outra consideração que eu havia feito. Não é fácil escrever um texto de apresentação nessas condições – rememorando conversas e orientações, pensando na brevidade da vida e no quanto ela ainda poderia avançar – mas é necessário. Além da homenagem, esta publicação é uma forma de manter viva sua memória e compartilhar sua pesquisa.

O texto foi mantido na íntegra, tal como ela havia me enviado a última versão, promovi apenas alguns ajustes de formatação para ajustar às normas da revista, que não alteraram em nada a estrutura do texto. “Se você faz tudo sempre igual é seguro que nunca se perca, mas é possível que nunca se ache” (Sérgio Vaz). Sheila ousou ocupar os espaços, ousou romper padrões, sua memória permanecerá viva, pelo que realizou e pela pessoa que foi.

Luiz Antonio Dias

Faces da São Paulo cosmopolita: Áfricas cotidianas

Recorrendo aos estudos pós-des-decoloniais, privilegamos um conjunto bibliográfico formado por intelectuais negro-africanos, do Sul global e aqueles outros comprometidos com uma análise crítica do pensamento acadêmico eurocêntrico, das relações de poder-saber, o reconhecimento de lutas, resistências, saberes, culturas e ressignificações das populações subalternizadas. Encontramos referência em autores como: Muniz Sodré, Stuart Hall, Said, Spivak, Quijano,¹ entre outros.

Estabelecendo interlocução com essas produções, o texto vai desenhando certos contornos dos movimentos de reexistência concebidos na construção de novas territorialidades. As periferias são apresentadas como o esforço persistente contra as políticas racistas do Estado, o apagamento de modos negro-africanos de ser e estar no mundo e da produção de seus saberes. A imposição dessas existências na cidade, mesmo que em outro lugar, firmou continuidades ancestrais incômodas às aspirações de civilidade urbana.

Mesmo naturalizadas as desigualdades, a dicotomia racial da cidade de São Paulo nunca conseguiu estabelecer plenitude, uma vez que os movimentos de deslocamento de populações diversas, nesse caso, as populações africanas sempre borraram as fronteiras estabelecidas e colocaram em xeque os lugares geográficos historicamente determinados. Como processo social de grande proporção, a narrativa traz alguns números da imigração africana no Brasil e na capital paulistana, a fim de expressar e refletir, minimamente, sobre a urgência da temática, e como essas presenças na cidade nunca foram uma novidade e sua intensificação, advinda dos

fluxos migratórios crescentes nas últimas décadas, vem cheia de sentidos e significados.

Imigração Europeia x Populações Negras: intervenções em prol da modernidade desejada

Chamada de Cosmópolis por Guilherme de Almeida, ex-colunista do jornal O Estado de São Paulo nos anos de 1929, a capital paulista já encontrava reconhecimento público de seu gigantismo cultural no início do século XX. Por vezes, o autor a caracterizava em suas reportagens, quando pensava em bairros imigrantes,² como a tentacular cidade-polvo. Um de seus poemas intitulado “O homem que falava sozinho”, enunciava a diversidade humana incontestável das muitas cidades dentro da cidade:

A rua vai falando/italo-árabe-hebraico-russo-japonês/
Um dia, não seu quando,/ um sujeito passou falando
português. A azáfama, a frivolidade festejada nos
salões, a gula exercitada em confeitarias como a
Rotisserie Spotsman, onde se servia o mais perfeito
sorvete de pistache que houve, até hoje, no mundo
(Paris compris).³

A estrofe pode parecer cumprir seu objetivo central, o de trazer um espanto poético ao que se percebe diante do agigantamento da cidade, mas o reconhecimento da diversidade é parcial e reafirma um compromisso com o discurso urbanístico, constituído a partir dos anos de 1920, que encontrou na eugenia as bases para fortificar os ideais nacionalistas. Evidenciar algumas populações em detrimento dos grupos negros que já habitavam a cidade e marcavam o cotidiano urbano é um constructo muito indicativo do tipo de diversidade desejada pelas elites nacionais e paulistanas. O imaginário que construiu o homem nacional – ideal admitia, provavelmente,

apenas, a heterogeneidade de um degradê de tons de loiro, de olhos claros, peles caucasianas, culturas europeias e tudo que estivesse mais próximo disso.

São Paulo foi a cidade que mais recebeu imigrantes europeus no país. A intensidade do fluxo se deu como resultado dos fortes programas de recrutamento orquestrados pelo governo brasileiro em terras europeias, que seduziam trabalhadores e se comprometiam a subsidiar a viagem daqueles que eram entendidos como os representantes de uma modernidade impecável. O processo de imigração foi extremamente privilegiador do europeu. Foi tão vigoroso enquanto política no Brasil que privilégios foram gerados.

Mesmo antes de ser decretada a abolição da escravidão no ano de 1888, o Brasil imperial já demonstrava interesse na imigração europeia. Em 1823, mesmo ano em que se reuniram a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa em prol da constituição da primeira legislação brasileira, o imperador D. Pedro I publicou “[...] uma longa carta favorável à substituição dos escravos por imigrantes [...] em O espelho, um jornal carioca de grande influência”.⁴ E em 1924 promulgou-se no Brasil “[...] uma nova constituição que deixava claro o compromisso brasileiro com a imigração”.⁵ No ano de “[...] 1848, cerca de 450 km² de cada província foram reservados para que os novos imigrantes tivessem a oportunidade de serem donos de sua própria terra”.⁶ Além disso, “[...] a partir de 1869, nas Assembleias Legislativas de todo o país, começaram a ocorrer acalorados discursos que exaltavam a mão de obra europeia como ideal para substituir o trabalhador escravo e liberto”.⁷ Mesmo diante desses esforços “[...] a força de trabalho típica do modo capitalista de produção, vinda do exterior, só

foi introduzida com ‘sucesso’ no Brasil na segunda metade do século XIX”, eram estes, “[...] trabalhadores europeus e suas famílias oriundas, fundamentalmente, da Europa Central”.⁸ Além de privilegiar a chegada de grupos europeus no país, a “[...] constituição de 1891 [também] proibiu especificamente a imigração africana [...]”.⁹

Os textos legais, que foram sendo constituídos sobre a imigração, sempre especificaram de maneira geográfica suas proibições, e não levaram “[...] em conta que nem todos os negros eram africanos e nem todos os africanos eram negros”.¹⁰ Mesmo assim, qualquer sujeito negro, independentemente de sua nacionalidade, que tentasse solicitar autorização para adentrar ao país recebia seu pedido negado. Porque o objetivo central era o de não permitir a entrada de toda e qualquer expressão de negritude. As leis de imigração contribuíram com a promoção do racismo no Brasil. E como resposta, o governo declarava possuir “[...] o direito legal e a responsabilidade social de fechar as portas a todos os estrangeiros – brancos, negros ou amarelos, que [trouxessem] problemas sociais”.¹¹

Na busca urgente por criar um Estado Nacional, as Áfricas foram esganadas, perseguiram as diversidades, a partir do sufocamento das múltiplas identidades. Não eram as guias das ruas ou estruturas prediais que sofriam a ação da cal das brochas municipais, muito menos, os muros marcados por arte e expressões culturais foram cobertos pela tinta branca, mas era uma cidade que queria ser vista imponentemente cândida. Para além do estrutural, a capital queria ostentar uma identidade branca, projetou-se a construção da identidade baseada na Europa. Essa denotada preferência étnico-cultural foi materializando uma cidade racializada, que segundo Munanga¹² vai impor barreiras às culturas outras¹³ naquele que

deveria ser um pluriverso urbano. Acreditava-se que era possível eclipsar a negritude fixada na cidade e que “[...] o incentivo à imigração europeia ajudaria a recriar o mundo que haviam deixado para trás”.¹⁴

A presença europeia chegava à cidade com três missões maiores, civilizar um cotidiano ainda muito marcado pela permanência dos valores coloniais e curar uma terra enegrecida, afinal “[...] em 1870, dos 32 mil habitantes de São Paulo, um terço era negro ou mulato”¹⁵ e “[...] o censo de 1872 mostrava que cerca de 60% da população era de não brancos [...]”,¹⁶ ou seja, a permanência de sujeitos negros e de suas respectivas culturas, seus modos de ser e estar compunham o cotidiano, Santos.¹⁷ E a terceira missão fez do Brasil um laboratório racial de embranquecimento, a imigração deveria proporcionar uma unidade, formando, a identidade brasileira, “[...] uma única e singular raça brasileira”.¹⁸ A brasilidade se faria pela imigração. A expectativa sobre os grupos chegados era de que eles pudessem ser:

[...] agentes do aperfeiçoamento de uma nação imperfeita, conspurcada pela história do colonialismo português e pela escravidão africana. Como resultado, os imigrantes muitas vezes foram saudados como salvadores que trouxeram mudanças e melhorias ao Brasil, e não por terem melhorado graças ao Brasil. [...] essas melhorias ocorreram da maneira mais tipicamente brasileira – absorção e miscigenação, e também com o uso de categorias raciais e étnicas de flexibilidade cada vez maior. [...] Era comum que os imigrantes aceitassem e utilizassem essas categorias. Tornar-se branco era tão importante para os recém-chegados quanto o era para a elite nacional.

[e essas] categorias [...] continuam a dominar os discursos tanto populares quanto da elite [numa] valorização da condição de ser branco [...].¹⁹

O imigrante era o capital que deveria colocar o Brasil na rota do mundo, sendo mais forte e respeitado. E isso interessava, e muito, à elite rural que

nos anos de 1871 e 1872 já tinha seus interesses representados na “[...] Assembleia de São Paulo [que] reservou fundos para subvencionar os custos dos fazendeiros que desejavam trazer imigrantes da Europa para trabalhar em suas fazendas”.²⁰ Ficavam claras as preferências étnico-raciais dos cafezistas para constituir relações trabalhistas humanizadas. Não obstante, a indústria e o centro urbano também se posicionaram reafirmando a renúncia às populações negras. Frequentemente o trabalhador negro era representado como:

[...] apático para o trabalho livre e acostumado à coação de um sistema irracional de produção, não pode fazer frente à concorrência representada pelo imigrante europeu, trabalhador este já afeito a uma atividade disciplinada, contrato de compra e venda e força de trabalho.²¹

Desde o século XIX estudos científicos eram subsidiados pelo Estado brasileiro, a fim de que constatações da inferioridade negra pudessem justificar as políticas higienistas. Os números produzidos por essas pesquisas “[...] mostravam que os afro-brasileiros acusavam níveis mais altos de analfabetismo, subnutrição e criminalidade do que a população como um todo”.²² Segundo Oliveira²³ esses movimentos migratórios internacionais seguiram fortificados até a década de 1930, quando se estima que a população estrangeira chegou a cerca de 4,05 milhões.

O mercado de trabalho, que se constituía enquanto formal, repelia as populações negras forçando estes trabalhadores a oferecerem-se como mão-de-obra barata para qualquer tipo de trabalho, além de fortalecer o mercado de trabalho informal, como camelôs, empregadas domésticas, entre outros:

O mercado de trabalho, por exemplo, estava totalmente ocupado pela mão de obra livre “civilizada” dos brancos, desde as indústrias até o pequeno comércio. Restava-lhes apenas o sub-emprego, os empregos temporários, as atividades recusadas pelos brancos, a marginalidade e as moradias mais precárias e indignas. [...] negro: de escravo ele passa a ser livre, mas marginal, com uma cidadania precária mesmo em relação aos imigrantes pobres; sua alternativa é esquivar-se para modos informais de sobrevivência – como já ocorria antes da abolição.²⁴

Os espaços sociais e urbanos, com o desenvolvimento comercial e industrial, sofreram processos de redefinição da engenharia, arquitetura, e culturais. O jeito de viver a cidade foi violentamente alterado, as paisagens foram reestruturadas, alguns espaços demolidos, extintos, outros esticados, cresceram em múltiplas direções, oferecendo serviços e produtos para um crescente mercado consumidor interno. Culturas outras foram varridas do centro, consonante com Mattos²⁵ e Rolnik,²⁶ as ruas foram esvaziadas de personagens comuns, como as quitandeiras e lavadeiras negras, carregadores e outros trabalhadores negros, por ações apoiadas em uma ordenação regulatória e disciplinante do espaço público e urbano municipal que representavam essas populações. Culturas afro-paulistanas, fazeres e saberes do viver cotidiano negro, no centro urbano eram frequentemente combatidos. Os espaços que eram palcos de suas sociabilidades representavam, para a ordem hegemônica, desordem, tudo aquilo que não se queria para uma nova cidade aos moldes europeus de modernidade.

A partir do final do século XIX, leis urbanas foram sistematizadas para teoricamente limpar e redefinir os espaços públicos que dissonavam do espaço europeu. Apesar da intencionalidade positiva oficialmente anunciada, as moradias das populações negras, localizadas nas regiões mais

valorizadas da cidade, e os vestígios das culturas negro-africanas foram banidos. Tudo em prol dos melhoramentos da capital e, para evitar interpretações errôneas, também “[...] foram quase sempre feitas em nome da higiene, da ordem pública e da modernização ao estilo europeu. Ou seja, em nome da civilização contra a barbárie encarada como contagiosa [...]”.²⁷ Os desdobramentos desse tipo de ação nos fazem problematizar: o que significa, necessariamente, pensar melhorias urbanas a partir de leis que reforçavam ou materializavam representações negativadas das populações negras na cidade?

Para Said²⁸ as representações têm algumas particularidades como, a de servirem ao poder. Elas apresentam algo que em geral estabelece um domínio de uma determinada parte da sociedade ou do mundo sobre partes outras. Inconvenientemente as representações constituem automaticamente e/ou imaginam uma realidade coesa, mas que é muito mais complexa e não dá conta de reproduzir o mundo concreto. Os negros foram, então, entendidos por uma cidade, que se queria branca, como o problema para o desenvolvimento e a modernidade, vistos enquanto “[...] alienados, bêbados, imorais e de práticas bárbaras (dos sambas às capoeiras e feitiçarias) [...]”.²⁹ Não interessava às elites brancas uma cidade enegrecida, portanto, as representações que traziam um sujeito negro essencializado como sujo, de cultura atrasada, extremamente sexualizado, sem racionalidade não servir para, efetivamente, dominar o espaço urbano hegemonicamente. Quando essas representações são reafirmadas em figura de lei regulatória, ganham uma força ainda maior dentro de uma sociedade que as entende enquanto instrumento jurídico que garante ordem e a paz social.

A cidade sofreu cisões, reconstruções estruturais e de suas expressões culturais, foi se tornando um espaço de disputa de poder e racializada. Antigos territórios negros sofreram ações de embranquecimento do contingente humano, das histórias e culturas que compunham o cotidiano. O Bixiga se constituiu como um exemplo desses processos, é muito difícil, ainda hoje, questionar qualquer paulistano sobre a origem e os marcos culturais do bairro e não receber como resposta a festa São Vito e as diversas manifestações que celebram a italianidade da região. Apesar das memórias negras que já compuseram predominantemente o lugar, com os quilombos urbanos às margens do rio Saracura, por exemplo, os processos de modernização produziram, acima da concretude do estético, a desmemória no urbano. São dinâmicas que fazem perceber quem tem poder na construção das narrativas sobre o passado, que significados são lembrados e esquecidos, e como essas narrativas vão constituindo relações com práticas que levam ao quadro de desigualdades raciais posto, até o tempo presente. As representações produzidas pelos detentores do poder foram fabricando as memórias que cumpririam o papel de manter o domínio e trazer o progresso.

Quando Santos³⁰ interpreta a lógica urbana como aquela que deseja eliminar o elemento negro de suas realidades, a partir de uma limpeza étnica, com uma configuração ideológica de contraposição entre civilização e barbárie, consonante a Said³¹ é possível perceber a ideia dos binarismos, identificados por ele na ideologia do orientalismo, mas que mesmo se referindo a um processo específico, é possível pensar outras realidades, como a que nos propomos. Tudo que estava ligado à cultura eurocêntrica, desde a sua representação de modernidade e as populações europeias como

detentoras das qualidades desejáveis e necessárias, o oposto no sentido negativo, também, era vinculado às populações negras. A cidade foi se constituindo sobre essa lógica binária que perpassava as relações de poder, definindo categorias. O outro passa a ser muitas vezes o inimigo nas relações de poder e política. E o que, naquele período, vai caracterizando a hegemonia foi justamente o fato de que essas ideias vão se tornando um consenso junto às elites e demais grupos brancos que ocupam espaços da cidade.

A presença negra na cidade de São Paulo, sempre foi entendida como uma ameaça à civilização idealizada, a cultura que corrompia e tornava a cidade imoral. Em nome de um ideal de modernidade essas ações regulatórias definiram o que era importante e invisibilizaram experiências outras. “A modernização implicou em segregação socioespacial. Intervenção pública seletiva e discriminatória no espaço urbano, privilegiando os privilegiados”.³² A racionalidade ocidental/cartesiana/burguesa foi buscando estabelecer uma noção de precisão, tudo na cidade foi se tornando retângulo, quadrado, reto. Essas mudanças produziram distanciamento da leitura negro-africana relacional com o mundo, que reconhece que nada no humano é preciso, somos todos imperfeitos. Por isso, diversas expressões arquitetônicas das Áfricas profundas remetem-se a circularidade, curvas, pontilhamentos, entre outros, ancoradas numa perspectiva ancestral onde o mundo não foi conformado na forma quadrada. Além disso, para produzir espaços que poderiam ter valor comercial a natureza na cidade foi sendo apartada do cotidiano urbano.³³ Divergente da concepção dos Iorubas de cidade, por exemplo, onde a cidade se estende, se mistura ou se completa nas árvores,

flores, rochas, rios. Os povos africanos têm uma minuciosa observação da natureza que não se separa da cultura. A cultura ocidental separou o homem da natureza e o ensinou a entendê-la, somente, como lugar para ser expropriado, para produzir mercadorias, Santos.³⁴ Nos universos nativos e africanos essa natureza é uma forma de convivência, e ela ensina o humano a como viver a partir de suas mudanças, sua sazonalidade. Por isso, a natureza acompanha a vida das culturas afro-brasileiras, também.

Mais do que mudanças estruturais na cidade, a lógica urbana procurou extinguir a herança africana inscrita na cidade, para impor uma ordem de “[...] quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são”.³⁵ Uma persistência do pensamento eurocêntrico no cotidiano anunciava aos grupos historicamente marginalizados, que não lhes cabia participar dos processos modernizadores como sujeitos. A modernidade representava incongruência e restrição, suas identidades e culturas foram sistematicamente desautorizadas no sentido epistêmico na cidade. Por meio de uma violência trazida pelo poder policial e sanitário, foram empurrados para regiões distantes dos territórios mais centralizados e com maior infraestrutura da cidade. Essa dicotomia, gerou o que vou chamar de territórios-raciais, evidencia as relações de poder constituídas para o capital, resultado de uma estrutura de opressão que privilegiou territorial, ideológica e epistemologicamente certos grupos étnicos em detrimento de outros. São Paulo foi legitimando as ausências das culturas negro-africanas como um fator de vital importância para ser moderna. A cidade moderna não se abriu para que concepções africanas se manifestassem e em suas mais profundas estruturas consolidou o racismo. O racismo como uma forma de ir contra

modos outros de vida, culturas outras, trabalho e de pensar que não é individual, é comunitário.

É claro, que as diversas formas de opressão foram enfrentadas por essas populações que não se deixaram oprimir passivamente, e lutaram contra a segregação que se constituiu como a base de nossa, ainda, atual estrutura urbana e territorial. Mesmo sujeitos a essas condições, corroboro com Foucault³⁶ no que diz respeito à força dos sistemas de opressão que tem poder para invisibilizar oficialmente, mas não para calar definitivamente. Então, é possível que essas vozes não sejam, realmente, ouvidas, não estejam nos cânones, não sejam reconhecidas, mas elas existem e sempre existiram. Quando Spivak³⁷ reflete sobre o direito de falar que foi negado aos subalternos, e como estes, também, não tiveram suas humanidades reconhecidas por uma epistemologia³⁸ que se promoveu enquanto universal, e com isso, passaram a fazer parte do grupo daqueles que não importam, ela também acredita no poder do discurso e na emergência dessas vozes historicamente interrompidas. Mesmo que não ouvidas, as vozes sempre existiram. Por vezes, podemos imaginar que sussurraram na composição de resistências, mas elas nunca deixaram de existir como força contrária a violência do sistema imposto.

Expulsas de uma modernidade eurocentrada, as populações negras tiveram que irromper³⁹. Nisso, compuseram um conceito de cidade nas brechas, novos lugares foram abertos pela força negra na estratégia de enfrentamento para o existir. Assentamentos marginais, sem planejamento técnico, sem estruturas ideais, mas principalmente, sem serem reconhecidos como parte da cidade, dita, oficial. Esse não reconhecer reafirmava, necessariamente, o desejo de querer manter esses grupos em lugares

historicamente determinados, do silêncio e do esquecimento social, o apagamento dos indesejáveis. Sobre esses lugares se faz importante pontuar que pensa-los como impossíveis de serem transcendidos é, também, “[...] legitimar a norma colonizadora, pois atribuiria poder absoluto ao discurso dominante branco e masculino”,⁴⁰ e nos levaria a pensar que esses grupos nunca seriam capazes de constituir força suficiente para “[...] pensar suas próprias condições de opressão a que são submetidos [...] pensar alguma intervenção válida independente que refute o discurso colonial”.⁴¹

Manter-se na cidade, mesmo que no não lugar do urbano ou da modernidade, quando a ordem foi para que seus corpos narradores de discursos e culturas ficassem apartados, causou incômodo, mas fez gerar novas formas de inserção na cidade, novas possibilidades de existência, de tornarem-se visíveis. Essas ocupações e seus personagens se constituem na imposição à paisagem contestando o sistema mundo. O morar vai ganhando outros contornos, outras necessidades se expressam num cotidiano marcado, economicamente, por ausências estruturais e financeiras.

As regiões periféricas ocupadas pelas populações negras oriundas do centro, também, foram ganhando representações negativas, como áreas de promiscuidade, sem regras ou leis, “[...] berço dos vícios e das enfermidades, escolas do crime e da imoralidade [...]”.⁴² A imagem construída sobre esses territórios era extremamente reducionista, o foco era publicizar aspectos de miserabilidade e vulnerabilidade social, entendendo-os como lugares de ausência e marginalidade. Essas manobras discursivas acabaram invisibilizando processos culturais que se desenvolviam no interior dos combatidos e amaldiçoados subúrbios da cidade.

Na busca por outra chave interpretativa tomamos como perspectiva teórica a decolonialidade dos saberes, que nos propõe outras possibilidades de percepção sobre as periferias. É possível compreendê-las para além das tragédias, como territórios que encontraram forças para desobedecer epistemes eurocentradas, subvertendo as imposições e conformando-se enquanto uma experiência extraocidental ou extraeuropeia, consoante a Risério.⁴³ Trata-se de um esforço intelectual que procura enfraquecer discursos universalistas colocando em evidência sujeitos, trajetórias, saberes e narrativas, outrora, invisibilizados, sem hierarquizar saberes ou culturas. O que vai significar, necessariamente, o reconhecimento das experiências alojadas nas dobras da racionalidade e as resistências que compõem o que é observado e não dito, do que não está posto como norma, mas se reproduz constantemente, Antonacci.⁴⁴

A partir de Mignolo⁴⁵ é possível pensar na periferia como lugar de enunciação que produz uma nova razão feita a partir das margens, uma narrativa que não aceita as limitações impostas. Por isso, se faz necessário não pensar a partir da ausência dos fazeres, fixar-se nessas ausências nos faz reafirmar o universo que está posto como hegemônico, justamente porque os olhos procuram tudo o que já se conhece e não reconhece viveres outros. Quando a linguagem se apega a termos como “não tem”, “falta”, “sem”, nos baseamos na pseudo completude e deixamos de olhar o que ainda se faz. Para reconhecer saberes decoloniais é preciso deslocar o olhar e identificar processos que dão outro sentido ao viver humano.

Experiências outras foram se constituindo desde dentro do território que se formava no enraizamento de ancestralidades e experiências comunitárias. Foi nas periferias que as populações negras “[...] mesmo

diante de situações desfavoráveis, encontra forças e organização social para promover a sociabilidade, a fim de enfrentar as mazelas do cotidiano”.⁴⁶ Outrora desterritorializados, as novas cartografias se reproduziram, reinventaram e se realocalizaram na cidade. Como dimensão simbólica desse esforço produtivo compõe-se um sentimento de pertencimento a partir de saberes negro-africanos fortificadores das presenças. Território de ausências e presenças, é uma coisa e também é outra. A precariedade imposta encontrou resposta em redes de solidariedade que foram se constituindo em contraposição a essa modernidade entendida enquanto uma experiência que produz a leveza das relações, o efêmero, a individualidade, fazendo da cidade o lugar do desencontro e da impossibilidade de vínculos profundos. O individualismo é a marca do sistema eurocentrado.

Para Risério⁴⁷ essas redes ou teias são sistemas de valores que produziram experiências e saberes mutantes – anfíbios. Não foi, efetivamente, o lugar que proporcionou tais movimentos, mas a articulação de culturas negro-africanas que se fixaram no mundo a partir dos valores profundos intrínsecos nos modos de viver comunitários.

A maneira como os grupos foram se organizando para construir suas próprias moradias, reunindo amigos em torno da tarefa de “encher a laje”⁴⁸ das casas, por exemplo, mesmo na arquitetura ocidental possibilitou refabricar a cidade africana. O modo de produzir, perpassado pela segregação, a pobreza e o racismo foi impondo e fortalecendo a comunidade. A comunhão, também, se dá em casas que comportam a “[...] presença de várias famílias na mesma edificação; quintais coletivos; uso misto das casas; familiares de diferentes sexos e idades compartilhando o

mesmo cômodo”.⁴⁹ A comunidade pode ser percebida enquanto dimensão filosófica que se põe na longa duração, trazendo sentido a solidariedade. Uma solidariedade forjada ou impulsionada, também, por conta do processo de segregação que fez essas populações se deslocarem. Esse modo de viver reconhece cada membro como parte da família e na experiência oferece elementos para fortificar a condição de existência.

A representação ocidental do núcleo familiar se restringe ao elemento consanguíneo, pai, mãe e filhos, mas em famílias de grupos negro-africanos o conceito de família é muito mais extenso. O sangue não é o único elo fraternal, os membros da comunidade tornam-se mães, pais e irmãos de cada um. Todos passam a compartilhar as responsabilidades, assumindo, assim, um eu comunitário que dá força a esses grupos que têm na família o suporte fundamental. Toda uma espécie de estrutura social de sustentação é constituída a partir de bases profundas de solidariedade. As famílias tornam possível celebrar e afirmar a ligação comunitária, através delas a memória pode ser transmitida, ritualizada. As experiências sociais vividas no interior dessas comunidades fazem desenvolver segundo Serrano e Waldman⁵⁰ laços de fraternidade e solidariedade que impactaram profundamente a formação desses territórios.

Sobre as historicidades das populações negras em São Paulo, Bastide e Fernandes⁵¹ apontam para outras experiências, daqueles que foram forçados a abandonar a comunidade, por força do capitalismo, pela violência com que foram impostos os processos de verticalização e as geometrias urbanas. Vislumbrar África em todo tempo, lugar e experiência é temerário, mas pensar que tudo embranqueceu, também, é muito perigoso. Deslegitimar as Áfricas que transitam nas periferias paulistanas é

não reconhecer permanências, as atitudes camaleônicas diante das tensões, as resistências negras. Por isso, reconhecemos as periferias enquanto territórios marcados pela vivencia comunitária.

Os viveres comunitários são reveladores de movimentos de persistências de memórias, e que segundo Antonacci⁵² se revelam como valor ético e moral das sociedades africanas. O trabalho que se realizou dentro e pela comunidade foi reforçando sentidos profundos de pertencimento, e da constituição de uma unidade participativa. Em contraposição ao individualismo do moderno, os viveres comunitários ancestrais das periferias se ressignificaram, na luta pelo existir do sujeito invisibilizado e oriundo da dicotomia racial que formou a cidade paulistana. A promoção de um viver comum, a experiência da troca e a negação do individualismo configuraram-se como encontros permeados de africanidades. Áfricas moveram-se/movem-se e produziram/produzem territórios, cidades por meio do simbólico e da apropriação dos lugares em que se fundaram/fundam memórias.

Fluxos migratórios africanos para Brasil e, especificamente, na São Paulo contemporânea

De modo geral, é muito comum encontrarmos materiais que proponham resgate histórico e reflexões sobre os processos de imigração que trouxeram ao Brasil um grande contingente de grupos europeus, e outros de número menos expressivo, que se fixaram no Brasil a partir da metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. No entanto, houveram outros períodos em que o Brasil, e a cidade de São Paulo, especificamente, testemunharam fluxos de imigração internacional. Talvez

menos expressivos no quesito contingencial se comparado com o período anterior, mas que apresentam características significativas. Pensando movimentos migratórios contemporâneos, Villen⁵³ aponta para a década de 1980 como um dos períodos em que se intensificaram os deslocamentos internacionais para o Brasil com características peculiares, como: as viagens “[...] não resultaram de ações de políticas públicas dirigidas à sua promoção [...]”⁵⁴ e a raça não se caracterizou como prerrogativa. Segundo Baeninger e Patarra⁵⁵ o período entre os anos de 1980 e 1990 revelaram que a “[...] imigração africana [...] quase dobrou de volume, entre as décadas de 1980 e 1990 de 2,5 mil para 4,8 mil imigrantes no Brasil”.⁵⁶

A partir da década de 1990 o governo brasileiro passa a constituir órgãos públicos, específicos, para pensar os processos migratórios no Estado, tamanha a relevância social que vão alcançando a nível nacional e mundial. Além disso, o tradicional Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também, inclui na pesquisa censitária, a partir do ano de 1991, o quesito de data fixa “[...] que pergunta sobre o lugar de residência a exatamente cinco anos da data de referência do levantamento, incluindo nesse quesito o país estrangeiro no qual o indivíduo residia”.⁵⁷ Observando as atualizações realizadas no modo como se busca captar as realidades brasileiras por meio dos censos, ao longo dos anos de existência, Cunha⁵⁸ afirma que a maneira como se organizam as pesquisas demográficas no Brasil as diferencia historicamente de qualquer produção censitária realizada no mundo, pois possui uma variedade qualitativa e quantitativa de questões, entre outras, sobre os movimentos migratórios, o que oportuniza aos diversos sujeitos interessados conhecer este que é um dos aspectos mais complexos da dinâmica populacional brasileira.

A fim de perceber a imigração africana e suas dinâmicas quantitativas no Brasil e, especificamente, na cidade de São Paulo, a pesquisa procura explorar o potencial de diversas fontes de pesquisa, informações e registros, incluindo aqueles advindos de instituições sociais que oferecem assistência aos migrantes recém-chegados a capital. Todavia, reconheço a imprecisão dos dados, devido às limitações da atividade censitária e de qualquer outro registro, mesmo baseado em atendimentos, afinal, não é a totalidade de migrantes que procuram os serviços sociais. Além disso, muito pode escapar a esses levantamentos, uma vez que a política para imigrantes no Brasil é bastante restritiva e os deslocamentos se mostram fluidos e cheios de artimanhas. É sabido que muitas entradas não se dão por fronteiras controladas e não possuem autorizações oficiais, o que dificulta a apreensão real da quantidade de migrantes no país. Quando migrar também pode significar viver, as burocracias e imposições legais não conseguem impedir os movimentos. São constituídas, então, estratégias distintas.

Segundo dados da Polícia Federal⁵⁹ sobre o ano de 2015, foram registradas 99.766 entradas e em 2016 um total de 1.211.129 entradas de imigrantes de diversas nacionalidades no país. Desses totais, os africanos foram representados pelas seguintes nações:

Nacionalidade	2015 (quantidade)	2016 (quantidade)
Angola	1.280	7.304
Argélia	38	219
Benin	0	315
Botswana	1	4
Burkina Faso	17	59

Burundi	8	52
Cabo Verde	293	1.463
Camarões	61	388
Costa do Marfim	30	751
Eritréia	2	8
Etiópia	2	35
Gambia	12	29
Gana	129	741
Guiné Bissau	413	2.267
Madagascar	4	21
Malawi	2	9
Mali	24	130
Marrocos	126	650
Moçambique	227	1012
Namíbia	1	58
Nigéria	503	3.044
Quênia	27	136
República Árabe do Egito	125	919
República Centro Africana	3	14
República da África do Sul	123	1020
República Democrática do Congo	362	339
República do Congo	27	1.122
República do Gabão	8	55
República do Níger	2	18
Ruanda	2	22
São Tomé e Príncipe	49	240
Senegal	402	1.453
Serra Leo	26	89
Somália	3	12
Suazilândia	1	4
Sudão	12	90
Tanzânia	19	112
Togo	27	101

Tunísia	59	185
Uganda	3	29
Zâmbia	7	38
Zimbábue	4	29
TOTAL	4.464	24.586

Tabela composta pela pesquisadora, tendo como fonte a base de dados do Departamento da Polícia Federal (DPF).

Sobre os dados expressos pela tabela é possível perceber a multiplicidade de nações que têm adentrado as fronteiras do território nacional, o que coloca, minimamente, em xeque a falsa noção de unidade propagada pela identificação continental de qualquer migrante negro como africano.⁶⁰ Além disso, acompanhando o crescimento das entradas gerais, que de um ano para o outro aumentaram cerca de 1.144%, as nacionalidades oriundas do continente africano também tiveram saltos muito expressivos de um ano para o outro, como é o caso dos angolanos, que em 2015 representaram cerca de 1.280 entradas e um ano depois subiram para 7.304. Com relação ao total de nacionalidades oriundas do continente africano, o ano de 2016 apresentou um crescimento, se comparado ao ano anterior, de 20.122 entradas.

Relatórios como o Resumo executivo – Migrações e mercado de trabalho no Brasil – Relatório anual de 2017,⁶¹ que teve como objetivo principal apontar algumas das principais características das migrações no Brasil nos últimos anos, observou que entre os anos de 2010 e 2016 os fluxos migratórios foram crescendo cada vez mais diversificados. Durante esse período auferiu-se cerca de 9,7 milhões de entradas no país monitoradas pelo Sistema de Trafego Internacional.⁶²

Diferente do final do século XIX, quando o fluxo de imigrantes europeus foi maximizado, ou nos séculos anteriores onde as populações negro-africanas eram forçadamente trazidas para o país por navios, as entradas registradas realizadas a partir das últimas décadas do século XX e XXI foram feitas por aeroportos. Analisando as autorizações das entradas concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNig),⁶³ Dick e Tonhati⁶⁴ chamam a atenção para o registro de 52.429 concessões durante os anos de 2011 e 2016. Especificamente no ano de 2016 essas se concentraram, principalmente, em imigrantes ganenses, senegaleses e de Bangladesh, que ao todo corresponderam a cerca de 64,5% das autorizações. Gana, Senegal, Guiné Bissau, Nigéria, Angola, República Democrática do Congo e Somália compuseram a lista dos 11 países do mundo que mais receberam autorizações – vistos de entrada no Brasil, nos mais diversos status. A segunda nacionalidade com a maior movimentação no ano de 2016, excluindo os cidadãos do Mercosul foi a senegalesa, e os fluxos angolano e congolês, também, se fizeram notar intensificados.

O IBGE, no ano de 2000, declarou que durante o período entre os anos de 1996 e 2000, mais de 15 mil africanos entraram no país, e que a maioria desses era oriunda do grupo de PALOPS.⁶⁵ Lesser⁶⁶ aponta para eventos que colaboraram para o aumento das chegadas dessas populações no país, como o ocorrido entre o final do século XX e os primeiros anos do século XXI, quando o Brasil, em acordo com o programa de missões de paz das Nações Unidas, passou a receber mais de 2 mil angolanos, vítimas de uma guerra civil que perdurava em Angola.

Em diversas análises de dados sobre a imigração no Estado brasileiro, a cidade de São Paulo, segundo Oliveira⁶⁷ e Perillo & Perdigão,⁶⁸ é de

maneira recorrente apontada como o território que mais recebeu grupos internacionais. Reafirmando seu cosmopolitismo histórico, as chegadas de fluxos imigratórios do continente africano têm ocupado espaços importantes na cidade e em pesquisas na área. Para perceber a ação desses grupos na capital, optou-se por dialogar com dados quantitativos sobre o acesso dessas populações migrantes aos serviços de instituições filantrópicas e públicas na cidade de São Paulo.

Barros, Santos e Sato,⁶⁹ analisando os números que expressam os atendimentos realizados pela instituição Missão Paz,⁷⁰ entre os anos de 1997 e 2006, registrou-se que cerca de 5% do total dos atendimentos realizados foi para imigrantes de diversos países do continente africano. Apresentando dados baseados nos ingressos de populações migrantes diversas, na Casa do Imigrante em São Paulo,⁷¹ as pesquisadoras revelam em comparação ano a ano, o seguinte:

Anos	Sujeitos oriundos de continentes diversos	Sujeitos oriundos de países do continente africano	Porcentagem de sujeitos oriundos do continente africano
1997	1.847	18	0,9
1998	1.746	13	0,7
1999	654	20	3,0
2000	574	14	2,4
2001	642	16	2,4
2002	574	36	6,0
2003	410	35	7,9
2004	390	48	11
2005	403	69	14,6
2006	437	82	15,8
TOTAL	7.677	351	4,57%

Tabela composta pela pesquisadora, tendo como fonte: SATOS, M. T.; BARROS, D.D.; SANTOS, A. S. A. Da África para albergues públicos: africanos na Casa do Migrante em São Paulo. **Estudos Afro-Asiáticos** (UCAM. IMPRESSO), v.29, pp. 29-62, 2007.

Mesmo não representando maioria numérica dos atendimentos, é possível perceber nesses dados a participação crescente dos grupos africanos recém-chegados na busca por auxílio nessa instituição, que tem uma atuação de grande importância na cidade. Além disso, sinaliza também, que esse tipo de deslocamento não é pontual, ao contrário, tem se constituído enquanto fluxo. Cabe salientar que esses dados não ocupam expressão maciça junto aos números de entradas aferidos pelos órgãos do governo, por exemplo, mas mesmo assim, oferecem possibilidades para pensar trajetórias, caminhos outros tomados por alguns grupos de migrantes que procuram ajuda para regularização de situação civil e demais serviços. Ademais, a combinação de diferentes fontes de informações sobre a temática propiciará uma melhor apreensão das realidades vividas e produzidas pela imigração africana na cidade.

Com relação a acesso aos Direitos sociais e às políticas públicas na cidade, os números captados pelo Centro de Referência e Acolhida de Migrantes e Refugiados (CRAI)⁷² e analisados pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul junto com o projeto com o projeto São Paulo Cosmópolis,⁷³ fizeram constar que as nacionalidades oriundas do continente africano que mais recorreram aos serviços oferecidos foram: “[...] congolezes (19%), angolanos (16%) e nigerianos (11%) [...]”.⁷⁴

Segundo dados da Polícia Federal⁷⁵ sobre o ano de 2015, foram registradas 25.099 entradas, e em 2016 um total de 385.120 entradas de imigrantes de diversas nacionalidades no município de São Paulo. Em

comparação à tabela anterior, com dados oriundos da Polícia Federal referentes ao Estado brasileiro, as entradas dos imigrantes de nações mundiais, se comparado à cidade de São Paulo, seria respectivamente:

Ano	Brasil	São Paulo
2016	1.211,129	385.120
2015	99.766	25.099

A cidade de São Paulo, vista a partir desses números, vai ser o destino de cerca de 32% dos fluxos migratórios mundiais. Essa porcentagem é extremamente significativa e reafirma a já dita posição da cidade como cosmopolita e receptora de um nível muito alto de migrantes diversos.

Desses totais, os africanos foram representados pelas seguintes nações:

Nacionalidade	2015 (quantidade)	2016 (quantidade)
Angola	473	1.830
Argélia	0	31
Benin	6	25
Botswana	0	1
Burkina Faso	5	14
Burundi	0	18
Cabo Verde	52	171
Camarões	25	173
Chade	0	6
Costa do Marfim	12	61
Eritreia	0	2
Etiópia	2	8
Gambia	5	10

Gana	14	74
Guiné	19	47
Guiné Bissau	57	252
Ilhas Canárias	0	9
Libéria	0	20
Líbia	0	10
Madagascar	0	1
Malawi	1	6
Mali	19	97
Marrocos	31	174
Maurício	28	47
Mauritânia	0	1
Moçambique	25	150
Nigéria	366	2.055
Nova Zelândia	0	103
Quênia	10	40
República Árabe do Egito	32	282
República Centro Africana	1	5
República da África do Sul	35	269
República Democrática do Congo	187	431
República do Congo	13	90
Republica do Gabão	1	4
Republica do Níger	0	2
Rodesia ⁷⁶ (Zimbabwe)	0	5
Ruanda	0	3
São Tomé e Príncipe	2	10
Senegal	43	160
Serra Leoa	19	55
Suazilândia	1	2
Sudão	1	22
Tanzânia	12	56
Togo	7	26
Tunísia	13	36

Uganda	0	9
Zâmbia	0	7
Zimbabwe	0	4
TOTAL	1.517	6.914

Tabela composta pela pesquisadora, tendo como fonte a base de dados do Departamento da Polícia Federal (DPF).

Nessa tabela, a quantidade de nações é sintomática da multiplicidade africana adentrando a cidade de São Paulo. Não apenas os lusófonos, mas um universo de línguas tradicionais, bem como as línguas oficiais – dos respectivos colonizadores. O ano de 2016 registra a chegada de cerca de 5.397 imigrantes a mais do que no ano de 2015. Segundo Villen,⁷⁷ muitos são os motivos para o aumento crescente das entradas de imigrantes, e um deles é a imagem projetada do Brasil internacionalmente entre os anos de 2006 e 2014, de crescimento econômico, portanto, demandava trabalhadores. Durante esse período, a taxa de desemprego alcançou um índice muito baixo se comparado as décadas anteriores, cerca de 4,3%. Esses dados tornavam o país, que historicamente desenvolveu-se economicamente e demograficamente a partir da mão de obra imigrante, extremamente atraente para as populações que buscavam novas oportunidades de vida.

Todos os dados descritos neste capítulo revelam que o Brasil nunca deixou de receber, não no sentido de aceitar ou acolher, muito pelo contrário, as populações negro-africanas.⁷⁸ Isso contrariou/contraria o pensamento social brasileiro construído em torno do ideal da democracia racial, e que chegou, no máximo, a admitir um país de identidade miscigenada, jamais negro. Nessa lógica, o crescimento dos fluxos de migração africana em direção a capital paulistana que, desde os primórdios

buscou atingir um ideal de modernidade eurocêntrica e branca, investindo em ações que cortassem qualquer ligação com as culturas negro-africanas, subvertem a ordem imposta. A forte presença de migrantes africanos em São Paulo, acima de tudo, se constitui enquanto um movimento transgressor.

Participando dos espaços públicos na cidade de São Paulo é possível perceber os movimentos de força que fazem e refazem o mundo em que vivemos, a partir das pluralidades culturais apontadas pela produção, extremamente atual, de Hall.⁷⁹ Migrar, também, vai significar ameaçar e combater fronteiras, desconhecendo limites impostos, conhecendo e construindo possibilidades outras. As ruas da cidade estão encharcadas de culturas africanas, são angolanos, senegaleses, moçambicanos, congoleses, entre outros, grupos que abrem novas possibilidades de reconstrução territorial e cultural. São redes, encontros, modos que possibilitam a integração e que colocam em xeque qualquer ideia estática de mundo. Diferente do que se planejou, outrora, o fluxo de negro-africanos no cotidiano do centro e por toda a cidade é, nada mais, que o futuro se fazendo presente, uma onda negra, para o medo branco,⁸⁰ desafiando a vã tentativa de se esquecer memórias outras, outrora cuidadosamente alojadas no passado.

Notas

* Doutoranda do Programa de História da PUCSP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0671-7742>.

¹ QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências**

Sociais: Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Consultado em: 14 jun. 2018. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>.

² Conceitos como migrar e imigrar percorrerão todo o texto deste trabalho, por isso, se faz necessário especificar a partir de que entendimento se fixam à narrativa. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). Tendências Globais sobre refugiados e outras populações de interesse do ACNUR. 2016. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>. Acessado em: 23 jun. 2018) imigrar remete aos movimentos, especificamente, de grupos humanos ou sujeitos individuais que saindo de um território adentram em outro país, no objetivo de permanecer um período de tempo relativamente longo ou em definitivo (ACNUR, 2016). Por sua vez, o migrante ou imigrante, é aquele que faz esse deslocamento (ZAMBERLAN, J. BOCCHI, L. CORSO, G. CIMADON, J. M. **Os novos rostos da imigração no Brasil**. Haitianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Solidus, 2014). Todo esse processo é marcado por decisões voluntárias ou involuntárias, movidas por situações muito heterogêneas. “O migrante é esse sujeito que deixa para trás muita coisa, [...] desloca-se em múltiplos âmbitos [...] corre riscos, incorporam situações desfavoráveis [...]” (SIQUEIRA, S. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil - Estados Unidos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 31). As ciências humanas (antropologia, sociologia, história, geografia, relações internacionais, entre outras) têm se debruçado sobre esse fenômeno social contemporâneo, o que se mostra de fundamental importância para construção dos conhecimentos acerca das dinâmicas e da complexidade do perfil do sujeito migrante, bem como, os diversos fluxos migratórios internacionais no tempo presente. A migração está alocada neste trabalho, enquanto tipo estruturante de modalidades diversas que fazem corresponder “[...] e emergir com tendências conjunturais [...]” (BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012. p. 23). Reconhecer modalidades migratórias nos possibilitam, segundo Baeninger (2012) constatar as múltiplas faces do fenômeno migratório, diferenciando as motivações e as dinâmicas que constituem as diversas modalidades, como a migração refugiada, por exemplo. Para mais, a condição de migrante ou imigrante tratada nesse trabalho independe da circunstância jurídica dos sujeitos, por isso, se os indivíduos estão em situação regular/irregular, se são solicitantes ou em situação de refúgio, esse não é o ponto central da pesquisa. O objetivo maior se encontra em perceber e complexificar as relações cotidianas, as redes, os desafios, enfim, tudo que envolve a composição das comunidades africanas na cidade de São Paulo.

³ ALMEIDA, G. de. **Cosmópolis: São Paulo/29**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962. p. 53.

⁴ LESSER, J. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 60.

⁵ *ibid.*, p. 61.

⁶ *ibid.*, p. 68.

⁷ BENTO, M. A. **Cidadania em Preto e Branco**. São Paulo: Ática, 2006. p. 30.

⁸ OLIVEIRA, A. T. Um panorama da migração internacional a partir do censo demográfico de 2010. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília**, Ano XXI, n. 40, pp. 195 – 210, jan/jun. 2013, p. 206. Acessado em 07 de jun. 2018. <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v21n40/12.pdf>

⁹ ANDREWS, G. R. **Negros e brancos em São Paulo** (1888 -1988). Bauru/SP: EDUCS, 1998. p. 91.

¹⁰ LESSER, J. *op. cit.*, p. 198.

¹¹ *Ibid.*, p. 200.

¹² MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

¹³ A colonização europeia forçou povos subalternizados a penetrarem nos códigos e linguagens do mundo ocidental. O poder, a ação e o discurso colonial foram avassaladores sobre as experiências extraocidentais. A língua foi se consolidando como um elemento de poder ou de distinção segundo Fanon (FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008). Objetivando compor impedimento a persistência de uma continuidade da hegemonia cultural e do pensamento ocidental sobre o mundo, Hall (2015) chama ao descentramento cultural, que mesmo se tratando de um processo muito mais complexo, no âmbito da língua é possível começar produzindo deslocamentos em funções da língua, flexionar normas, fazendo possíveis falares outros. A língua é a maneira de interpretar o mundo. Sendo assim, passar a grafar culturas outras, por exemplo, em detrimento do que é comumente utilizado, ou seja, outras culturas vai representar, neste trabalho, a assunção de uma posição político-intelectual engajada em pensamentos pós-des-decoloniais, reconhecendo a pluralidade de saberes, histórias e narrativas. A ação de deslocar o pronome adjetivo (análise morfológica) ou o adjunto adnominal (análise sintática) para depois do substantivo leva a ênfase para o elemento alterado, o foco sempre estará na palavra outras. E outras “[...] nesse sentido ajuda a marcar um significado alternativo, o diferente em uma produção e pensamento intelectual [...]” (WALSH, C. Interculturalidad, conocimientos y decolonialidade. In: **Signo y Pensamiento 46** - Perspectivas y convergências, vol. XXIV, enero – junio 2005, pp. 39- 50. p. 43.)

¹⁴ LESSER, J. *op. cit.*, p. 36.

¹⁵ ROLNIK, R. **A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997. p. 15.

¹⁶ LESSER, J. *op. cit.*, p. 109.

¹⁷ SANTOS, C. J. F. dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

¹⁸ LESSER, J. *op. cit.*, p. 34.

¹⁹ *ibid.*, p. 28, p. 33.

²⁰ ANDREWS, G. R. *op. cit.*, p. 97.

-
- ²¹ AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 21.
- ²² LESSER, J. op. cit., p. 41.
- ²³ OLIVEIRA, A. T. op. cit..
- ²⁴ MORAES, J. G. V. **Metrópole em sinfonia: história, cultura e música popular na São Paulo dos anos 1930.** Estação Liberdade, 2000. p. 31 e 36.
- ²⁵ MATTOS, D. L. de. O parque industrial paulistano. *In*: AZEVEDO, A. (org.). **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana.** v. 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. pp. 5-42.
- ²⁶ ROLNIK, R. op. cit..
- ²⁷ SANTOS, C. F. J. dos. op. cit., p. 133.
- ²⁸ SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ²⁹ ROLNIK, R. op. cit., p. 71.
- ³⁰ SANTOS, C. J. F. dos. op. cit..
- ³¹ SAID, E. W. op. cit..
- ³² RISÉRIO, A. **A cidade no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2012. p. 210.
- ³³ GLISSANT, É. **Por uma poética da diversidade.** Trad. Enilce Albergaria Rocha, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. Existem algumas produções acadêmicas, em linguagem audiovisual, que se propõem a refletir sobre a composição do processo de urbanização esterilizador que formou a cidade de São Paulo e suas consequências no tempo presente, a fim de, colaborar com novas possibilidades de pensamento do urbano e questionar a imagem positivada da lógica de modernidade ocidental propagada desde o início do século XX, como imprescindível. São estes, os vídeos produzidos por Abreu, Luana e Scarpelini, intitulado: “ENTRE RIOS: a urbanização de São Paulo”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNlc>, e “São Paulo, a cidade dos rios invisíveis” produzido pela equipe de pesquisa Fapesp. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ifUkXKEGfyQ>.
- ³⁴ SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Novos estud. – CEBRAP, São Paulo, n. 79, pp. 71-94. Nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso. Acessado em 23 jun. 2018.
- ³⁵ RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. p. 26.
- ³⁶ FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. *In*: _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- ³⁷ SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ³⁸ Sobre epistemologia Ribeiro traz a seguinte definição: “[...] é, então, a ciência da aquisição de conhecimento, que determina: 1) (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro. 2) (os paradigmas) quais narrativas e
- Projeto História, São Paulo, v. 63, pp. 8-46, Set.-Dez., 2018.*

interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. 3) (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. Epistemologia [...] define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditarmos.” (RIBEIRO, op. cit., p. 88).

³⁹ Aliás, aqui se faz extremamente importante abrir parênteses, para coadunar com Glissant (2005), quando o autor não reconhece o processo como findado. Pelo contrário, vai reafirmar sua continuidade histórica, ou seja, as populações negras ainda estão irrompendo, produzindo a sua própria modernidade.

⁴⁰ RIBEIRO, op. cit., p. 74.

⁴¹ *ibid.*, p. 75.

⁴² SANTOS, C. J. F. op. cit., p. 132.

⁴³ RISÉRIO, A. op. cit..

⁴⁴ ANTONACCI, M. A. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2013.

⁴⁵ MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

⁴⁶ OLIVEIRA, A. T. op. cit., p. 65.

⁴⁷ RISÉRIO, A. op. cit..

⁴⁸ Mais do que espaço-geográfico, plena de complexidades as periferias podem ser entendidas enquanto, processos sociais. A vida em lugares onde as limitações de infraestrutura impõem desafios, os grupos de moradores organizam rearranjos cotidianos, como o de encher lajes. Esse movimento é composto a partir de um sentimento de solidariedade que se impõe contra uma, suposta, lógica do capital, priorizadora do lucro como resultado dos processos. A despeito de grandes empresas que oferecem e cobram pelos mais diversos serviços de construção residencial, concretar uma laje – elemento estrutural da casa, a partir de um esforço comum, nos finais de semana – dias de descanso dos trabalhadores –, vai significar a escolha de uma outra lógica do viver baseada em valores comunitários, alternativa ao sistema vigente baseado na propriedade privada dos meios de produção, a operação com fins lucrativos, acumulação de capital e a legitimação das relações de exploração. Experienciando o cotidiano das periferias da cidade o escritor Michel Yakini escreveu o poema Gama, teto e chão, que evidencia as potências geradas nas dinâmicas dos movimentos de encher uma laje: “Se há um acontecimento que confirma a máxima que “periferia é periferia em qualquer lugar” é ato de encher uma laje, o teto nosso de cada dia. É como uma epopeia, encher laje tem lá seus pontos altos, dignos de entrar no rol das grandes histórias universais ou, pelo menos, das prosas de boteco e do churrasquinho no fim de semana/ Aqui o herói é o “mestre de obras”, conhecido mesmo como pedreiro. Sem ele não há laje, ele monta, agenda a data, chama os aliados pra mexer o concreto e fica responsável por espalhar a massa na hora de cobrir a bendita/Tem pedreiro que é enrolão, mas no dia da laje, sendo picareta ou não, é sempre o

primeiro a chegar, supervisiona tudo e garante o serviço, mesmo que a gente saiba que toda laje que se preze há de ter vazamento um dia./ Os donos da goma também são importantes, seja pela prece do dia anterior pedindo sol, ou convocando os amigos pra carregar o concreto e, principalmente, pra agilizar o rango, pois encher laje sem uma feijoada com caipirinha no final é como ir no buteco pra beber cerveja choca./ E além das figuras que aparecem com suas experiências de lajes passadas, há aqueles que não são lá muito bons de lombar lata, mas são essenciais pro ritual. Eis aqui alguns:/ Furão: Fala, agita, confirma com todo mundo e só aparece nos comentários rancorosos, porque nunca dá as caras./ Migué: Sempre aparece. Conta história, piada, tira sarro, mas ajudar mesmo... Porém, faz a rapaziada rir e deixa o ambiente descontraído./ Xêpa: Chega às 11 da manhã, preocupado com o rango. Personagem que inspirou o provérbio “Pra comer é um leão, mas pra trabalhar...”/Engomado: Vem vestido pro baile de debutante. Não sabe fazer massa, carregar concreto, espalhar a massa, assar carne, nem fazer caipirinha. Só estorva, mas é motivo de boas piadas./Penetra: Não foi convidado, mas chega junto e dá a maior força. Todo mundo sabe que ele vem pela festa, mas com ele ninguém arrasta, porque esse vem com vontade./Engenheiro: Nunca estudou o ofício, mas tem espírito pra coisa. Não ajuda, não bebe, não come, mas fica dando palpite e corrigindo os outros. Além disso, tem mania de ficar gorando chuva./ E sem essas ilustres presenças tudo fica sem graça, porque não é só de concreto e lajota que se levanta um teto, né não?/ A laje é um totem familiar, que marca a identidade e o cotidiano de cada goma, pois quando a última lata de concreto sobe, logo surge a intenção de um varal pra estender roupa, um espaço pras festanças, pra mulecada brincar, desbicar um pipa, ver o movimento, tomar sol, mirar a lua, prosear sobre a vida e fazer as unhas, até que venha um novo puxadinho e essa laje vire chão, morada e sorriso de mais um membro da família. Disponível em: <<http://palavracomum.com/goma-teto-e-chao-por-michel-yakini/>>. Acesso em 24 jun. 2018.

⁴⁹ ROLNIK, R. op. cit., p. 185.

⁵⁰ SERRANO, C. & WALDMAN, M. **Memória d’África**: a temática em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

⁵¹ BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.

⁵² ANTONACCI, M. A. op. cit..

⁵³ VILLEN, P. A nova configuração da imigração no Brasil sob a óptica do trabalho. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁵⁴ TASSARA, E. T. de O.; RABINOVICH, E. P. **Movimentos migratórios na metrópole de São Paulo no século XXI**: um estudo qualitativo. *Psicol. Am. Lat., México*, n. 10, jul. 2007. p. 10. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2007000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jun. 2018.

⁵⁵ BAENINGER, R.; PATARRA, N. L. Mobilidade Espacial da população no Mercosul: Metrôpoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (RBS), vol. 21, nº 60, fev. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29762.pdf> Acessado em 13 de jun. de 2018.

⁵⁶ *ibid.*, p. 91.

⁵⁷ OLIVEIRA, A. T. *op. cit.*, p. 195.

⁵⁸ CUNHA, J. M. P. da. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: Os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Ano XX, n. 39, pp. 29-50, jul./dez. 2012.

⁵⁹ Dados cedidos pela Coordenação de Políticas para imigrantes e Promoção do Trabalho Decente, após consulta a base de dados do Departamento da Polícia Federal (DPF) via Lei de Acesso à informação.

⁶⁰ Essa discussão será retomada com maior profundidade no cap. 2.

⁶¹ Relatório desenvolvido pelo Observatório das migrações internacionais, vinculado ao Ministério do trabalho. Série histórica analisada entre 2010 – 2016. Traz um conjunto de apontamentos obtidos junto a diversos órgãos federais e municipais, no objetivo de traçar algumas características dos fluxos imigratórios presentes no país. Disponível em: <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>.

⁶² Faz a gestão do controle de entradas e saídas de pessoas no país, nos postos de controle de fronteiras no objetivo de monitorar as tendências de deslocamento e movimentos característicos de imigração estrangeira, que trazem pessoas que intencionam permanecer no país por um período mais longo de duração.

⁶³ Criado no ano de 1980 “[...] possui a responsabilidade de formular a política migratória brasileira, a partir da normatização das questões migratórias e da edição de Resoluções Normativas (RNs), as quais são endereçadas aos ministérios do Trabalho, da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e das Relações exteriores (MRE), os quais têm a responsabilidade sobre a gestão da entrada e permanência dos estrangeiros no Brasil.” (TONHATI; DICK, 2017, p. 34).

⁶⁴ DICK, P.; TONHATI, T. Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNig): Casos omissos e especiais. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Araujo, D., Tonhati, T., A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.

⁶⁵ Expressão usada como referência a parte do continente conhecida como lusófono, por ser composta de países que têm a língua de seus colonizadores portugueses, como oficial. Sendo eles: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O acrônimo significa, especificamente, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

⁶⁶ LESSER, J. *op. cit.*.

⁶⁷ OLIVEIRA, A. T. *op. cit.*.

⁶⁸ PERILLO, S. R.; PERDIGAO, M. de L. Percursos migratórios no Estado de São Paulo: uma análise do período 1995-2000. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 3, pp. 97-109, Set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01028392005000300009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 25 de Jun. de 2018.

⁶⁹ SATO, M. T.; Barros, D. D.; SANTOS, A. S. A. Da África para albergues públicos: africanos na Casa do Migrante em São Paulo. **Estudos Afro-Asiáticos** (Ucam. Impresso), v. 29, pp. 29-62, 2007.

⁷⁰ Movimento fundado pela Congregação dos Missionários de São Carlos – Scalabrianos no final do século XIX, inicialmente com foco nas especificidades dos problemas enfrentados pelos imigrantes italianos, mas que atualmente está constituída como instituição filantrópica de apoio e acolhimento. Oferece cursos de português, assistência jurídica, acompanhamento psicológico, orientação intercultural, intermediação entre o mundo do trabalho e imigrantes de qualquer nacionalidade em situação de vulnerabilidade na cidade de São Paulo. A Missão Paz, hoje, é considerada uma das principais e mais importantes instituições que trabalham em prol dos migrantes que chegam à capital. Para saber mais: <http://www.missaospaz.org/>

⁷¹ Abrigo para imigrantes de diversas nacionalidades em situação de vulnerabilidade, mantido pela Missão Paz, deu início as suas atividades no ano de 1978. Para saber mais: <http://www.missaospaz.org/casa-do-migrante>.

⁷² Com 2 unidades em pleno funcionamento na cidade de São Paulo e com a capacidade total de 415 vagas de acolhimento, os centros oferecem recepção e alguns atendimentos especializados aos imigrantes, como: suporte jurídico, apoio psicológico e oficinas de qualificação profissional visando promover a inclusão/formas de inserção dessas populações na vida das cidades.

⁷³ Para saber mais: <http://www.cosmopolis.iri.usp.br>.

⁷⁴ IPDH, 2018, p. 301.

⁷⁵ Dados cedidos pela Coordenação de Políticas para imigrantes e Promoção do Trabalho Decente, após consulta a base de dados do Departamento da Polícia Federal (DPF) via Lei de Acesso à informação.

⁷⁶ O nome oficial, enquanto colônia britânica, era Rodésia do Sul, porém o governo colonial em out. 1967 passou a usar, somente, o nome de Rodésia. Após a conquista de sua independência, com a luta dos nacionais, foi renomeado Zimbábue (1980) – Estado independente. Ademais, havia, também, a Rodésia no Norte, que ao conquistar independência passou a se chamar Zâmbia. Sobre isso, percebeu-se na tabela do ano de 2016 que 5 imigrantes foram registrados como advindos de Rodésia e 4 do Zimbábue. Esta informação suscitou alguns questionamentos, o primeiro seria o de, como a PF declararia um país que já não existe a 38 anos? Mesmo que esses sujeitos portassem passaporte anterior a 1980, como adentrariam com um passaporte tão antigo, se esse tipo de documento a nível mundial não tem uma validade de mais de 30 anos? Esse tipo de registro de nacionalidade ou do país de origem é feita a partir de auto-declaração sem consulta

aos documentos oficiais dos sujeitos? Com todos esses questionamentos entre em contato com diversos órgãos federais e outras instituições que pudessem trazer qualquer pista sobre essa problemática, mas foi em vão. Desde a Coordenadoria de Imigração de São Paulo, Divisão de Imigração no DF, Polícia Federal em SP e no DF, CONARE, ACNUR em SP, Diretoria de imigração no DF, entre outros, não obtive qualquer esclarecimento sobre essa classificação, bem como, sobre o processo de captação desses dados junto aos migrantes. Em conversa informal com um dos representantes da parte de comunicação da ACNUR, foi sugerido que o migrante auto-declara o país de origem. Caso seja essa a resposta para entender o porquê 38 anos depois alguém, ainda, se declararia de Rodesia, podemos elaborar a hipótese de que essa identificação, foi também, uma maneira de expressar o despertencimento e a não identificação com a política orquestrada pelo, então, presidente Robert Mugabe.

⁷⁷ VILLEN, P. op. cit..

⁷⁸ Historicamente propagou-se nacional e internacionalmente a imagem, e que ainda ocupa o imaginário social, do Brasil como um país acolhedor de populações migrantes. No entanto, retomando a discussão proposta na p. XX, entre outros apontamentos, mais especificamente, sobre os textos legais que foram sendo construídos para regular a entrada de migrantes no país durante as primeiras décadas do século XX, ficam muito claros os objetivos e as intenções em se permitir um tipo específico de fluxo migratório. Desde a segunda metade do século XIX onde se principiava a iniciativa de tornar possível outro universo de trabalho, não escravocravista, já se imaginou o migrante ideal, e ele não era advindo de culturas africanas ou afrobrasileiras. Objetivava-se suprimir culturas outras. Entendendo culturas como modos de vida, formas de expressão e de comunicação, a partir de Hall (2015) é possível entender que as ações de regulação de migração no Brasil, desde seus primórdios promoveram um racismo cultural. E as metamorfoses do racismo são violentas e duradouras, se potencializam na expansão epistêmica hegemônica e na construção de representações negativas sobre o outro, e esse outro é negro. Refletindo sobre o pânico moral propagado por representações jornalísticas de imigrantes negros no Brasil entre os anos de 2000 e 2014, Frazão (2017) encontrou diversos discursos midiáticos que colaboravam e propagavam a associação de migrantes negro-africanos como sendo hospedeiros de doenças, popularmente entendidas como apocalípticas, como o Ebola. A imagem do continente africano, também, foi deturpada, construída a partir de um olhar discriminatório e homogeneizador. Muitas vezes como o lugar da selvageria, de feitiçarias, do inculto e da AIDS. Além disso, são muitos os brasileiros que. Ainda, imaginam que África é um país. Essas velhas e reatualizadas representações sobre as populações negro-africanas sedimentaram-se na opinião pública e as maneiras das populações enxergarem e receberem imigrantes africanos, com discriminação, ódio, xenofobia e racismo. “Os africanos no Brasil tornam-se objetos de uma dupla discriminação: são negros e africanos, condição que os colocam numa categoria abaixo, por exemplo, dos negros

brasileiros. São alvos de manifestação e atos de racismo e intolerância. Se por um lado a violência física e simbólica é manifestada por meio de pessoas pertencentes às instituições oficiais, por outro, ela é manifestada e perpetuada pela sociedade brasileira. Cf: MORATTI FRAZÃO, S. Política (i)migratória brasileira e a construção de um perfil de imigrante desejado: lugar de memória e impasses. **Antíteses**, vol. 10, n. 20, junio-diciembre, 2017, pp. 1103-1128; VARGEM, A. A.; MALOMALO, B. A imigração africana contemporânea para o Brasil: entre a violência e o desrespeito aos direitos humanos. *In*: MALOMALO, B.; FONSECA, J. D.; BADI, M. K. (Org.). **Diáspora africana e migração na era da globalização**: experiências de refúgio, estudo, trabalho. Curitiba: CRV, pp. 107-128, 2015, p. 122.

O filme-documentário, intitulado Brasil Cordial: corações e refúgios, produzido pela Bibli-Aspa (Centro de pesquisa e cultura que objetiva promover a reflexão crítica por meio da pesquisa, produção e difusão sobre os povos árabes, africanos e sul-americanos: <https://bibliaspa.org>), nos propicia perceber, a partir dos relatos autorais de alguns migrantes, a expressão de suas perspectivas sobre as experiências de acolhida efetivadas no cotidiano da sociedade brasileira. Entre eles, vale recortar uma das falas do professor Papa Ba, senegalês, que traz o peso da experiência para a teoria: “a maior parte das pessoas acredita que quando você é negro ou vem da África, você não tem capacidade intelectual. Na verdade, na África não é isso o que acontece. Lá, existem pessoas que são enormemente inteligentes”.

Disponível

em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=d59wYN1nVc4>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

⁷⁹ HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2015.

⁸⁰ Expressão usada a partir da produção de Azevedo (1987).